

A Riqueza do Consumo: Análise das Demonstrações de Valor Adicionado à Luz da Teoria dos Ciclos Econômicos

The Wealth of Consumption: Analysis of Value-Added Statements According to the Economic Cycles Theory

La Riqueza del Consumo: Análisis de las Declaraciones de Valor Añadido Según la Teoría de los Ciclos Económicos

 10.5020/2318-0722.2024.30.e13292

Karen Aparecida Batista da Silva  

Graduada em Pedagogia pelo Centro Universitário Municipal de São José, Graduada em Segunda Licenciatura Letras Inglês pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci e Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Santa Catarina. Atua como professora de Inglês da Rede Pública Estadual de Santa Catarina.

Denize Demarche Minatti Ferreira  

Pós-doutora em Contabilidade pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Doutora em Engenharia e Gestão do Conhecimento pelo Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento (UFSC), Mestre em Ciência e Tecnologia Ambiental, Graduada em Ciências Biológicas e Bacharel em Ciências Contábeis. Professora do Departamento de Ciências Contábeis (UFSC), do Programa de Pós-graduação em Ciências Contábeis (PPGC/UFSC) e pesquisadora do Núcleo de Estudos em Contabilidade e Controladoria (NECC).

Monique Cristiane Oliveira  

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Contabilidade (PPGC) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Contabilidade (PPGC) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Bacharela em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Pesquisadora no Núcleo de Estudos em Contabilidade e Controladoria - NECC (2014). Professora Substituta no Departamento de Ciências Contábeis (CCN) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Resumo

Este estudo tem como objetivo analisar a variação da riqueza gerada e distribuída entre os agentes econômicos nos setores de consumo cíclico e não cíclico nos períodos de expansão e recessão econômica. A amostra compreendeu todas as empresas dos respectivos setores, segundo classificação setorial da Brasil, Bolsa, Balcão B3 S/A, que disponibilizaram a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) entre 2009 e 2019. Os períodos de expansão e recessão econômica foram estabelecidos entre 2009 e 2013, 2014 e 2016 (recessão) e entre 2017 e 2019 (expansão) baseados no relatório do Comitê de Datação de Ciclos Econômicos (CODACE, 2020). Uma análise qualitativa descritiva também foi proposta juntamente com o cálculo da taxa de crescimento da riqueza gerada. Os resultados apontaram que os setores não apresentaram crescimento na geração de riqueza no período de recessão. Entretanto, a ruptura na tendência de crescimento se apresentou primeiro no setor de consumo cíclico que é considerado sensível em períodos de recessão conforme a Teoria dos Ciclos Econômicos. Com relação à distribuição aos agentes econômicos, o grupo remuneração de capitais de próprios apresentou maiores taxas de crescimento no período de expansão em ambos, contudo no período de recessão esse grupo foi mais impactado por taxas negativas.

Palavras-chave: consumo cíclico, consumo não cíclico, expansão, recessão, demonstração do valor adicionado.

Abstract

This study aims to analyze the variation in wealth generated and distributed among economic agents in cyclical and non-cyclical consumption sectors in periods of economic expansion and recession. The sample included all companies in the respective sectors, according to the Brazil, Stock Exchange B3 sector classification that provided the Statement of Added Value (DVA) between 2009 and 2019. The period of economic expansion established was between 2009 and 2013, 2014 and 2016 (recession) and between 2017 and 2019 (expansion) based on the Economic Cycle Dating Committee (CODACE, 2020) report. A descriptive qualitative analysis

also was proposed together with the calculation of the growth rate of the generated wealth. The results showed that the sectors did not show growth in wealth generation in the period of recession. However, the break in the growth trend appeared first in the cyclical consumption sector, which is considered sensitive in periods of recession according to the Business Cycle Theory. Regarding the distribution to economic agents, the remuneration of equity group showed higher growth rates in the period of expansion in both, however in the period of recession this group was more impacted by negative rates.

Keywords: cyclic consumption, non-cyclic consumption, expansion, recession, statement of added value.

Resumén

Este estudio tiene como objetivo analizar la variación de la riqueza generada y distribuida entre los agentes económicos de los sectores de consumo cíclicos y no cíclicos en periodos de expansión económica y recesión. La muestra incluyó a todas las empresas de los respectivos sectores, según la clasificación sectorial de la Bolsa de Valores Brasileña (B3) que hizo disponible la Declaración de Valor Agregado (DVA) entre 2009 y 2019. Los periodos de expansión y recesión económica se establecieron entre 2009 y 2013, 2014 y 2016 (recesión) y entre 2017 y 2019 (expansión) con base en el informe Comité de Datación de Ciclos Económicos (CODACE, 2020). También se propuso un análisis cualitativo descriptivo junto con el cálculo de la tasa de crecimiento de la riqueza generada. Los resultados revelaron que los sectores no mostraron crecimiento en la generación de riqueza en el período de recesión. Sin embargo, la ruptura de la tendencia de crecimiento apareció primero en el sector de consumo cíclico, que se considera sensible en periodos de recesión según la Teoría del Ciclo Económico. En cuanto a la distribución a los agentes económicos, las tasas de remuneración del grupo patrimonial aumentaron en el período de expansión en ambos, sin embargo, en el período de recesión este grupo se vio más afectado por las tasas negativas.

Palabras llave: consumo cíclico, consumo no cíclico, expansión, recesión, declaración de valor agregado.

As empresas estão inseridas em contextos macroeconômicos e são suscetíveis a diferentes variações de indicadores, tais como taxas de inflação, câmbio, juros, entre outras, e, à medida que o cenário econômico nacional dita seu curso, elas sofrerão impactos desses fatores externos. A depender do tipo de variável, região onde está inserida e setor de atuação, as companhias podem sentir estes fatores em intensidades diferentes, tanto positiva quanto negativamente (Pandini et al., 2018).

Ao longo dos anos, enquanto a economia do Brasil se estruturava, o cenário nacional variou. Pode-se mencionar, por exemplo, que em meados dos anos 2000 houve crescimento na situação econômica do país com a elevação no PIB e melhora na distribuição de renda (Paula & Pires, 2017). Porém, em meados de 2014, uma recessão atingiu a economia brasileira e sua duração e efeitos foram sentidos nos anos seguintes (Oreiro, 2017).

Estas variações de expansão e recessão na atividade econômica se denominam ciclos econômicos e durante esses períodos, a Teoria dos Ciclos Econômicos sugere que alguns setores empresariais tendem a ser mais afetados que outros pelos efeitos destas oscilações. Prescott e seus seguidores desenvolveram os modelos dos Ciclos Econômicos Reais (CER) que supõem que todas as flutuações do produto são movimentos naturais deste (Blanchard, 2007). O mesmo autor afirma que, à medida que surgem novas descobertas e/ou produtos, a produtividade cresce e leva a um aumento de salário, o que torna mais atraente trabalhar, exatamente como se observa no mundo real.

O setor de consumo cíclico é um destes setores empresariais, pois, em geral, são responsáveis por bens de consumo duráveis, sendo mais afetado que o setor de consumo não cíclico que atende a bens de primeira necessidade, como alimentos e higiene, pois se entende que os produtos do primeiro setor podem ser adiados ou reduzidos pelas famílias em períodos de recessão econômica (Mitchell, 1988; Pandini et al., 2018).

As demonstrações contábeis divulgadas por empresas destes setores são elementos que servem de informação e análise de como esses impactos são percebidos. Considerando que uma companhia se relaciona a outras a sua volta, como funcionários e credores, e ao ser impactada por fatores relacionados ao ambiente econômico, esta reflete no meio onde está inserida, estendendo-se tanto os efeitos positivos quanto os negativos. Dentre os demonstrativos, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) divulga valores correspondentes à companhia que são relativos aos agentes econômicos envolvidos na sua atividade fim. Como tal, é o instrumento responsável pela evidenciação da geração de riqueza de uma entidade, bem como o detalhamento de sua distribuição entre os agentes econômicos (De Luca et al., 2009).

A DVA, como base de análise, permite comparar o valor adicionado ao longo dos anos, registrando acréscimos ou decréscimos a cada ano, elucidando alguns paralelos que aconteceram nas atividades das empresas e comparando a distribuição da riqueza entre os agentes (Santos, 2007). Ainda, cabe destacar que os aspectos de análise da DVA podem ser internos ou externos à empresa. No que tange ao ambiente interno, são apresentadas informações gerenciais, enquanto, no externo, é possível realizar análises que reflitam a participação da empresa no cenário econômico em que atua (De Luca et al., 2009).

Nesse contexto, questiona-se qual o comportamento da riqueza gerada e distribuída por empresas do setor

de consumo cíclico e não cíclico nos períodos expansão e recessão econômica? Assim, o objetivo deste estudo é analisar a variação da riqueza gerada e distribuída entre os agentes econômicos nos setores de consumo cíclico e não cíclico nos períodos de expansão e recessão econômica.

Este objeto de pesquisa sustenta-se em Santos et al. (2013), que identificaram o comportamento da riqueza criada pelas empresas e a sua distribuição durante os períodos de governo Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva (1996 – 2010). Diferentemente dos autores que analisaram cenários e períodos de governo, o enfoque da presente pesquisa se dá nos períodos de expansão e recessão econômica que ocorreram entre os anos de 2009 e 2019, voltados para os setores de consumo que, segundo Teoria dos Ciclos Econômicos, podem ter maior ou menor tendência a serem afetados pelas oscilações da economia (Mitchell, 1988).

A pesquisa se justifica pela relevância de estudos que contemplem as informações contidas na DVA, evidenciando sua potencialidade para diferentes análises por parte de seus usuários. Ainda, no intuito de explorar a geração e distribuição de riqueza dos dois setores econômicos, não encontrados em pesquisas anteriores relacionadas sobre ao referido demonstrativo.

É nesse ponto que este estudo avança, ao avaliar e entender como um momento de crise pode ser uma oportunidade para repensar o modelo de produção. Além de qualificar os períodos analisados, a pesquisa permite verificar o processo de evolução da economia nos ciclos analisados e o resultado das políticas refletido nos valores apresentados pelas empresas nas DVAs. Pode-se ainda destacar que, por meio da DVA, há uma significativa contribuição para a Contabilidade desde que foi criada e exigida por lei. Ainda, pretende-se associar a ideia teórica quanto à sensibilidade dos setores estudados às variações na economia, analisando períodos de expansão e recessão sob a perspectiva da geração de riqueza, percebendo as variações de valor adicionado gerado por estas empresas e os reflexos nos agentes econômicos evidenciados neste demonstrativo.

Referencial Teórico

Teoria dos ciclos econômicos e os ciclos brasileiros: estudos relacionados

As atividades econômicas nacionais flutuam em virtude de variáveis macroeconômicas, oscilando entre períodos de expansão e recessão, e a este comportamento se dá o nome de Ciclos Econômicos. De acordo com Mitchell (1988), um acontecimento animador na economia gera prosperidade, produzindo uma crise que, após algum tempo, conduzirá a uma reativação econômica formando um ciclo.

Segundo Keynes (1988), o movimento de mudança do ciclo, da expansão para crise, tende a ser de modo repentino e violento, ao passo que a saída da crise para um novo momento de crescimento econômico pode ser mais lenta. Para Schumpeter (1985), os contratemplos que intervirão no desenvolvimento econômico e gerarão a crise, não apenas interrompem o período de crescimento e sim colocam fim a esse período, sendo o novo processo de reativação econômica após a crise, com perspectivas diferentes do anterior.

Quanto à periodicidade desses acontecimentos, Schumpeter (1985) pontua que esse movimento de expansão leva à crise, e essa a uma nova “fase” entendida como periodicidade, no entanto não é possível explicar teoricamente uma previsão em números, visto que depende dos dados individuais de cada caso.

O Brasil possui definido cronologicamente pelo Comitê de Datação de Ciclos Econômicos (CODACE) os seus ciclos. Estes representam o momento em que, de acordo com estatísticas econômicas utilizadas, estabelecem os “pontos de virada” entre períodos de expansão e recessão (picos e vales) alternados na economia nacional (CODACE, 2020).

Um dos aspectos levantados na Teoria dos Ciclos Econômicos é que, no período de crise, ocorrem demissões em massa, e muitas famílias restringem seus gastos no orçamento doméstico. Com esta restrição, gastos com roupas, móveis e diversões são contidos ou cortados, o que diminui a demanda de consumo. Ademais, o próprio setor responsável pelos bens de primeira necessidade, como alimentos, pode melhorar em períodos de expansão, em função da opção por produtos com valores superiores (Mitchell, 1988).

As empresas que apresentam essas características se enquadram nos setores de consumo cíclico e não cíclico, onde o primeiro é responsável pela produção de bens duráveis e o outro, pela produção de bens não duráveis. Segundo a classificação setorial da B3, no setor de consumo cíclico são encontradas empresas de vestuários, calçados, viagens e lazer, e no não cíclico são as de alimentos, produtos de uso pessoal, de limpeza, entre outros.

Pesquisas relevantes em diferentes âmbitos das Ciências Sociais e Econômicas, abordando a Teoria dos Ciclos Econômicos, têm sido propostas. Pandini et al. (2018) verificaram o impacto das variáveis macroeconômicas nos indicadores econômico-financeiros das empresas no período de 2008 a 2015, onde, por meio da correlação canônica, apontou resultados que o setor de consumo cíclico é mais afetado pelo desempenho da economia do que o de consumo não cíclico – quanto aos indicadores econômico-financeiros –, onde a variação da receita operacional líquida foi apontada como a variável de desempenho mais impactada.

Paulo e Mota (2019) analisaram as estratégias de gerenciamento de resultados contábeis, identificando, especificamente, comportamentos discricionários distintos entre os ciclos econômicos, e verificaram que as informações contábeis devem ser analisadas com maior cautela por seus usuários, principalmente em períodos de grandes

oscilações econômicas, quando os gestores podem aumentar ou reduzir o comportamento oportunístico.

Cardoso e Pinheiro (2020) afirmam que os setores reagem de formas distintas diante de variações do cenário econômico, pois têm diferentes pontos “ótimos” de composição de estrutura de capital, analisando, assim, a influência da recessão e de variáveis macroeconômicas sobre o endividamento nos setores industriais brasileiros. Os autores lembram, ainda, que os setores industriais reagem de formas distintas diante de tais variações, identificando-se os setores mais sensíveis.

Feltes e Ribeiro (2020) verificaram a influência da estrutura de capital no desempenho das empresas abertas do mercado de capitais brasileiro em ciclos econômicos distintos. Os autores afirmam que, em um ambiente macroeconômico de expansão, o endividamento não implica na rentabilidade do patrimônio, no entanto, em retração, o aumento do endividamento implica a diminuição desta.

Borges e Rover (2022) pesquisaram a influência dos ciclos econômicos na relevância das provisões e passivos contingentes das companhias brasileiras de capital aberto e concluíram que nos momentos em que as transações do mercado são realizadas de forma mais conservadora, devido ao cenário econômico, as informações sobre potenciais perdas incertas favorecerem as decisões dos usuários do mercado de capitais.

Campos, Lamounier & Souza (2022) analisaram a influência que as políticas monetárias exercem sobre a composição do endividamento das corporações brasileiras e concluíram que a composição do endividamento das firmas pode ser determinada pelos momentos de mercado definidos pelas políticas monetárias, de modo que tal influência é distinta a depender do setor ao qual as empresas se situam na cadeia produtiva.

Teixeira et al. (2022) ampliaram a pesquisa de Pandini et al. (2018) em termos de escala temporal, comparando os índices de desempenho entre períodos e setores de consumo. Os autores compararam o desempenho dos indicadores de liquidez, endividamento, lucratividade e rentabilidade das empresas dos setores de consumo cíclico e não cíclico nos triênios 2009-2011; 2012-2014; 2015-2017 e 2018-2020 e detectaram que, de maneira geral, o setor de consumo cíclico foi afetado.

Estudos internacionais em diferentes segmentos também foram desenvolvidos. Wang et al. (2017) adotaram a sensibilidade ao fluxo de caixa do modelo de retenção de caixa para investigar a influência dos ciclos econômicos e do conservadorismo contábil nas restrições financeiras corporativas. Os autores afirmam que a recessão agrava as restrições financeiras e essa influência negativa é mais aparente nas não estatais do que nas estatais.

Behun et al. (2018) estudaram a indústria manufatureira, setor-chave em economias mundiais e sensível às mudanças internas e externas, com impactos que resultam em oscilações no ciclo econômico. Os autores pesquisaram a relação entre manufatura X PIB e o que ela representa no ciclo econômico nos países da União Europeia.

Weller (2019) contextualizou os ciclos econômicos que ocorreram no Brasil (1981 a 2017) e destaca que estes parecem “fracos” se comparados ao ritmo do crescimento econômico brasileiro. Para o autor, ganhos de produtividade, políticas governamentais e choques exógenos impulsionam as flutuações das atividades econômicas.

Gonçalves et al. (2021) analisaram a relação entre gerenciamento de resultados e Responsabilidade Social Corporativa (RSC) em 568 empresas da UE e encontraram evidências de que os ciclos econômicos e o desempenho financeiro apresentam papéis importantes na relação entre gerenciamento de resultados e RSC. Em períodos de crise ou de perdas, alertam os autores, a relação é positiva, sugerindo que, sob condições econômicas desfavoráveis, a administração faz “uso oportunista” do *status* da empresa ser sustentável para gerenciar ganhos.

Para Kassouri et al. (2021), “produtos domésticos” são essenciais para os padrões de produção e consumo e seu uso sustentável destaca-se no apoio a um círculo de “bem-estar-ambiente-sistema ecológico”. Assim, para os autores, as evidências sugerem que a expansão econômica constitui períodos de aumento do consumo, principalmente devido ao efeito da expansão, enquanto a recessão está associada à desmaterialização econômica. Nesta linha, eles pontuam que os formuladores de políticas devem entender os mecanismos eficazes para alcançar os objetivos de desenvolvimento sustentável, mantendo um equilíbrio do consumo de materiais ao longo dos ciclos econômicos.

Análise da demonstração do valor adicionado

Quem percebe a contabilidade com os olhos de hoje sem refletir seu passado fica alheio às evoluções que este ramo sofreu ao longo dos anos. As mudanças acompanharam as transformações da realidade comercial, industrial e as necessidades econômicas, sociais e de informação que atenderão, entre outros, os novos usuários da informação contábil (Santos, 2007).

Dentre as novas perspectivas contábeis, uma demonstração com visão diferenciada, que envolve responsabilidade social evidenciando o quanto de riqueza foi criada por uma empresa, quanto de valor ela agrega aos insumos que adquiriu e como distribuiu essa riqueza entre os agentes econômicos envolvidos nesse processo (De Luca et al., 2009).

Por um período essa demonstração foi facultativa no Brasil, porém com a publicação da *Lei n° 11.638* (2007) que alterou e revogou alguns pontos da *Lei das S.A (Lei n° 6.404, 1976)* e da *Lei 6.385* (1976), a DVA passou a compor a lista de demonstrações obrigatórias para as empresas de capital aberto. Posteriormente, ocorreu a publicação pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) do pronunciamento técnico CPC 09 que orienta sua elaboração.

As informações extraídas da DVA, assim como as contidas nas outras demonstrações, são úteis para tomada de decisão e análises comparativas. Ela, isoladamente, serve de análise evidenciando o valor da riqueza gerada e

pode ser comparada ano a ano pela empresa, além de apresentar como é feita a distribuição dessa riqueza (Santos, 2007). Alguns indicadores que podem ser extraídos da análise da DVA foram analisados por De Luca et al. (2009), que são indicadores de geração e distribuição de riqueza e de participação na economia, sendo a referida demonstração um ponto de análise para diferentes conjunturas.

Pesquisas atreladas à análise desse demonstrativo contábil foram exploradas por Tinoco et al. (2008) que estudaram a DVA de empresas brasileiras de setores distintos da economia para identificar, mensurar e comparar a carga tributária brasileira, buscando análise de causa e efeito. Os resultados apontaram que é possível o uso da DVA como instrumento de medição da carga tributária em diversos setores, em que alguns sofrem com elevada carga tributária o que consequentemente é transferido aos consumidores, como no caso dos setores de combustível, energia e telecomunicações.

O estudo de Santos et al. (2013) que embasou esta pesquisa, analisou o comportamento da riqueza gerada e distribuída nos períodos dos governos Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva de 1996 a 2009, com uma amostra de 155 empresas no período Fernando Henrique Cardoso e 320 no governo Luís Inácio Lula da Silva. Nos resultados, visualizou-se um crescimento médio na geração de riqueza em cada ano dos dois governos, e na distribuição da riqueza ficou evidente maior participação para o governo.

Wink et al. (2015) analisaram a distribuição do valor adicionado aos agentes de produção de trabalho e capital nos setores da Auto indústria e de Bens de Capital de 2008 a 2012 com amostra de 6 empresas. Os resultados apontaram que as companhias distribuíram mais ao grupo pessoal que ao de capitais.

Guesser et al. (2018) descreveram a evolução da riqueza gerada e distribuída por 23 empresas catarinenses de capital aberto na BMF&BOVESPA entre 2010 e 2015, agrupadas de forma global, por atividade e setor. Os resultados mostraram crescimento no valor adicionado entre os anos de 2010 e 2015, e a maior parte da distribuição de valor adicionado para pessoal e remuneração de capitais próprios foi a que menos distribuiu.

Goulart et al. (2018) analisaram a distribuição da riqueza com ênfase ao grupo pessoal nas demonstrações referentes aos exercícios sociais de 2015, 2014 e 2013 por empresas classificadas como "As Melhores para Trabalhar" e verificou maior montante médio de destinação ao grupo pessoal, apontando resultado divergente do estudo que trouxe o governo como maior parcela na distribuição.

Santos et al. (2019) identificaram se o conteúdo informacional da demonstração do valor adicionado (DVA) é relevante para os investidores e afirmam que o é para o mercado acionário nos níveis diferenciados de governança corporativa, porém com baixo poder explicativo; além disso, há preocupação quanto à divulgação da informação sobre a riqueza gerada pela entidade, sinalizando que o conteúdo da DVA conduz à maior transparência das entidades e, consequentemente, pode influenciar as decisões dos investidores.

Kock et al. (2020) identificaram a relação de indicadores econômico-financeiros com a carga tributária das empresas não financeiras listadas na B3 por meio da demonstração do valor adicionado (DVA). Os resultados demonstraram que os indicadores que afetam positiva ou negativamente a incidência de tributos, na esfera municipal e federal, são o ativo total e a receita bruta, enquanto na esfera estadual destacaram-se a receita bruta e lucratividade.

Brugnera e Damke (2021) investigaram o mercado do segmento de consumo não cíclico na bolsa de valores do Brasil e para isso analisaram as demonstrações contábeis individuais das entidades selecionadas que revelaram forte correlação canônica entre desempenho social e desempenho econômico, com destaques para o poder correlacionado entre *Return on Equity* (ROE), grau de endividamento e o potencial do patrimônio líquido da entidade em gerar valor adicionado.

Assim como nos estudos anteriores, a presente pesquisa utiliza a DVA como instrumento de análise, no entanto busca conectar este demonstrativo contábil de forma interdisciplinar, na tentativa de estabelecer uma conversa entre a Ciência Contábil e a Economia por meio de teoria e informações evidenciadas.

Método da Pesquisa

Os setores foram selecionados com base no aspecto da Teoria dos Ciclos Econômicos que sugere que o setor de consumo cíclico pode ser mais afetado em períodos de recessão que o não cíclico, que atende a bens de primeira necessidade. A Tabela 1 apresenta a composição da amostra final por setores.

Tabela 1

Formação da amostra por setores

	Consumo cíclico	Consumo não cíclico
População	79	24
(-) DVA de um ou mais períodos não disponíveis	15	5
(-) DVA publicada não corresponde ao ano civil	1	2
Amostra final	63	17

As empresas que não disponibilizaram as demonstrações por um ou mais anos dos períodos analisados e publicações da demonstração em formato não correspondente ao ano civil foram excluídas da amostra.

Assim, a amostra inicial era de 79 empresas no setor cíclico e 24 no setor não cíclico e, ao final 63 empresas de consumo cíclico e 17 empresas de consumo não cíclico foram selecionadas e estão apresentadas por setor na Tabela 2.

Tabela 2

Empresas selecionadas por setores

Consumo não cíclico	Consumo cíclico			
Pomifrutas	Const A Lind	Viver	Technos	Localiza
Alipert	CR2	Cedro	Whirlpool	Locamérica
SLC Agrícola	Cyrela	Coteminas	Unicasa	Unidas
Terra Santa	Direcional	Dohler	Hercules	Arezzo co
BRF S.A.	Even	Encorpar	IOCHP - Maxion	Grazziotin
Excelsior	Eztec	Ind. Cataguas	Metal Leve	Guararapes
JBS	Grafisa	Karsten	Plascar	Le Lis Blanc
Marfrig	Helbor	Santanense	Hoteis Othon	Lojas Marisa
Minerva	Moura dubeux	Springs	Monark	Lojas Renner
Minupar	MRV	Teka	Estrela	Magazine Luiza
J. Macedo	PDG Realt	Tex Renaux	Spturis	Via Varejo
Josapar	RNI	Cia Hering	Time for fun	B2W Digital
M. Dias Branco	Rosi Resid	Alpargatas	Bahema	Lojas Americanas
Oderich	Tecnisa	Cambuci	Cogna on	Saraiva
Natura	Tenda	Grendene	Yduqs Part	JHSF Part
Bombril	Trisul	Vulcabras	Mundial	-
Pão de Açúcar				

A partir da definição da amostra, delimitaram-se os períodos de expansão e recessão com base no relatório do Comitê de Datação de Ciclos Econômicos (CODACE, 2020). O CODACE é um comitê independente criado pelo Instituto Brasileiro de Economia (IBRE) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), com intuito de estabelecer uma cronologia de referência para ciclos econômicos brasileiros e entre suas diversas contribuições está a de ser referência para diferentes pesquisas acadêmicas (CODACE, 2009).

De acordo com o último relatório apresentado em 2020 pelo comitê, o ciclo de expansão do país compreendeu o segundo trimestre de 2009 até o primeiro trimestre de 2014, o ciclo seguinte abrangeu um período de recessão que foi do segundo trimestre de 2014 até o último trimestre de 2016 e o novo ciclo de expansão iniciou no primeiro trimestre de 2017 indo até o quarto trimestre de 2019 (CODACE, 2020). Seguindo a metodologia do comitê, entende-se que o “ponto de virada” da expansão está determinado quando o país está em um período de recessão, que finalizará com o próximo ponto de expansão.

Os períodos de expansão econômica estabelecidos foram: entre 2009 e 2013, entre 2014 e 2016 (recessão) e entre 2017 e 2019 (expansão).

Os valores da DVA entre 2009 e 2019 foram coletados após a delimitação do espaço temporal das recessões/expansão. Os dados do valor adicionado total a distribuir bem como os grupos de distribuição (pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios) foram atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), assim como sugerido por Santos et al. (2013) e, para isso, aplicou-se a metodologia de cálculo obtida por meio da calculadora do cidadão disponibilizada no *website* do Banco Central do Brasil (BCB). A ferramenta é um aplicativo interativo que em sua metodologia simula operações do cotidiano financeiro a partir de informações fornecidas pelo usuário e o cálculo, e que, conforme sugerido pelo BCB, é apenas uma referência para as situações reais e não como valores oficiais (BCB, 2020). A metodologia utilizada para os cálculos é a de juros compostos, conforme prática universal dos sistemas financeiros, nas operações de crédito, na remuneração de aplicações e na correção monetária (BCB, 2020). Uma análise qualitativa descritiva foi proposta juntamente com o cálculo da taxa de crescimento da riqueza gerada e distribuída conforme Santos et al. (2013, p. 53) em que “a taxa de crescimento (r) representa o percentual de incremento médio anual de um ano para o outro nos períodos considerados”, de modo que aponta uma média anual das taxas de crescimento encontradas em cada período.

No presente estudo, o valor encontrado para a taxa de crescimento corresponde ao somatório das variações na geração e distribuição de riqueza de um ano em relação ao seu anterior divididas pelo número de variações calculadas

em cada período de expansão ou recessão (4 no primeiro período de expansão e 2 no período de recessão e no segundo período de expansão) (Tabela 3).

Tabela 3

Variação de geração e distribuição de riqueza calculada

	Expansão	Recessão	Expansão
1º Variação Δ	2009 - 2010	2014 - 2015	2017 - 2018
2º Variação Δ	2010 - 2011	2015 - 2016	2018 - 2019
3º Variação Δ	2011 - 2012		
4º Variação Δ	2012 - 2013		

As taxas de crescimentos são calculadas com base nos períodos de expansão e recessão, conforme Equação I.

$$TC = \frac{\sum \Delta_{n,n-1} + \dots + \Delta_{n,n-1}}{n^{\circ} \text{ de variações } (\Delta)} \quad (\text{Equação I})$$

Em que:

TC representa a taxa de crescimento da expansão ou a recessão;

$\Delta_{n,n-1}$ representa a variação percentual encontrada de um ano em relação ao seu anterior e;

n° de Δ representa o número de variações encontradas da expansão ou recessão.

A partir do cálculo das taxas de crescimento da expansão e recessão foi analisado quanto cada setor apresentou de acréscimo/decréscimo médio na geração e distribuição de riqueza nos referidos períodos.

Resultados

Análise descritiva

O setor de consumo cíclico entre 2009 e 2019 gerou e distribuiu cerca de R\$714 bilhões, aproximadamente R\$323 bilhões no período 2009 a 2013 de expansão, R\$198 bilhões no período de recessão que compreende os anos de 2014 a 2016 e R\$193 bilhões nos anos de 2017 a 2019, aqui determinados segundo período de expansão.

Em média, o setor gerou e distribuiu mais riqueza no período de recessão do que no primeiro período de expansão e, em comparação ao segundo período de expansão, a distribuição e geração de riqueza foi menor no período de recessão (Tabela 4).

Tabela 4

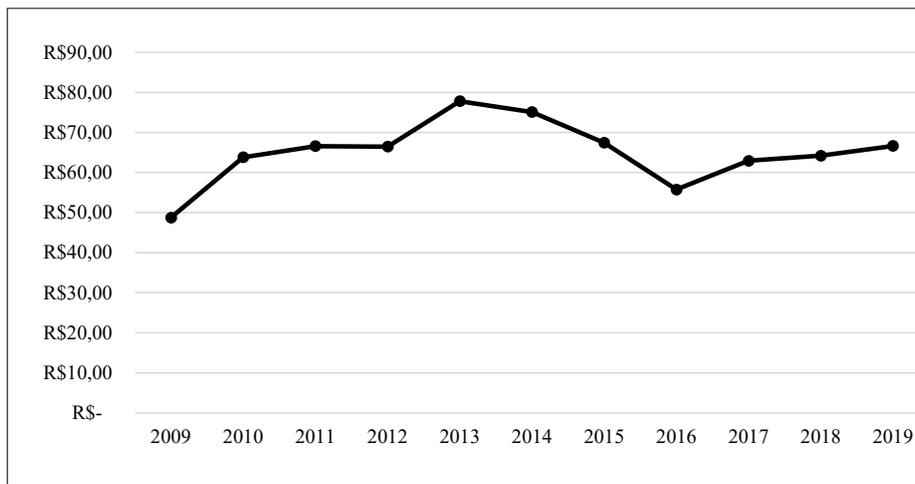
Valores para o setor de consumo cíclico (em bilhões de reais)

Expansão (2009-2013)		Recessão		Expansão (2017-2019)	
Total do período	R\$ 323	Total do período	R\$ 198	Total do período	R\$ 193
Tamanho (anos)	5	Tamanho (anos)	3	Tamanho (anos)	3
Mínimo	R\$ 48	Mínimo	R\$ 55	Mínimo	R\$ 62
Máximo	R\$ 77	Máximo	R\$ 67	Máximo	R\$ 66
Média	R\$ 64	Média	R\$ 66	Média	R\$ 64
Nº de empresas	63	Nº de empresas	63	Nº de empresas	63
Média por empresa	R\$ 1	Média por empresa	R\$ 1	Média por empresa	R\$ 1

Uma possível explicação para o fato é que, no período de expansão, as empresas estavam em processo de crescimento na geração de riqueza, com aumento gradativo ano a ano, enquanto, no período de recessão, apesar de o comportamento de crescimento ser interrompido, a riqueza gerada não regrediu a níveis iniciais do período de expansão (Figura 1). Com a retomada do crescimento econômico, proveniente de um período de expansão, detecta-se que a média se eleva e o comportamento da geração de riqueza volta a ser de crescimento.

Figura 1

Riqueza gerada ao ano (em bilhões de reais).



A manutenção de geração de riqueza em níveis elevados no período de recessão pode apontar a razão da média mais alta para esse momento, o que não necessariamente representa que este período foi melhor para as companhias desse setor, visto que houve ruptura na tendência de crescimento (Figura 1). O impacto negativo dessa ruptura se corrobora por meio da taxa de crescimento para ambos os períodos conforme Tabela 5.

Tabela 5

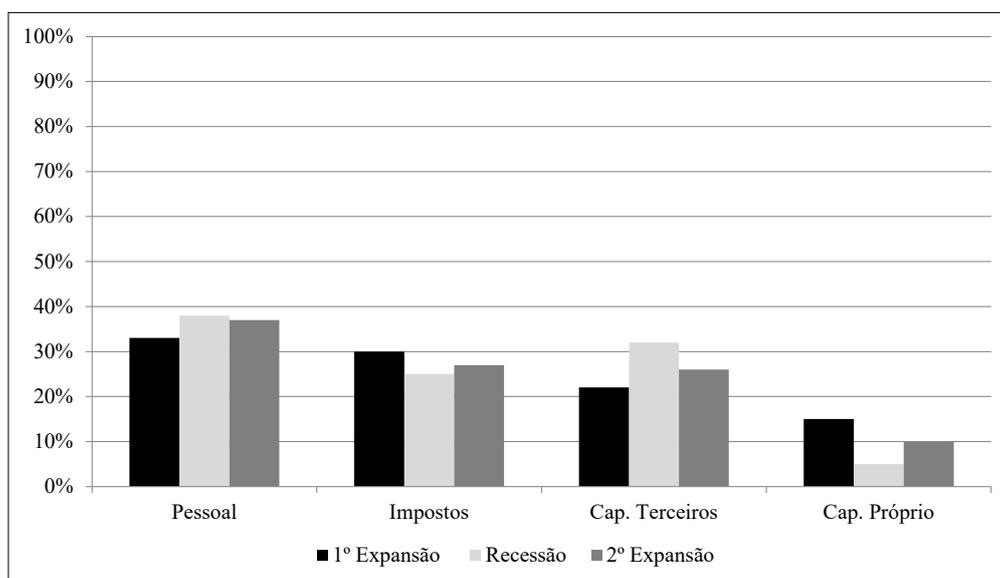
Taxa de crescimento

Taxa de crescimento	Geração de riqueza	Distribuição da riqueza			
		Pessoal	Impostos, taxas e contribuições	Remuneração capital de terceiros	Remuneração capital próprio
Expansão 1º	13%	15%	7%	16%	34%
Recessão	-13 %	- 4%	-15%	6%	-163%
Expansão 2º	3%	5%	9%	- 8%	8%

O setor apresentou taxa de crescimento na geração de riqueza em 13% para o primeiro período de expansão, enquanto no período de recessão essa taxa foi negativa em 13%, representando decréscimo na geração de riqueza neste segundo momento, apresentando indícios de que o setor pode ter sido impactado pela recessão não prosseguindo na tendência de crescimento. Ressalta-se que, com a retomada de um novo período de expansão, a taxa de crescimento voltou a ser positiva em 3%.

Ao observar as taxas de crescimento nos dois períodos, pode-se associar a Teoria dos Ciclos Econômicos, quando o momento de expansão à situação pode ser favorável ao crescimento pelo “ânimo da economia”, visto que “[...] o movimento para prosperidade ganha impulso à medida que avança” (Mitchell, 1988 p. 27), ao passo que a recessão compromete as condições de tal prosperidade. Uma outra relação da teoria com o setor pode ser vislumbrada, por não serem bens de primeira necessidade, se os consumidores se virem em situação de restrição orçamentária pela recessão, a aquisição dos mesmos é adiada (Mitchell, 1988).

Em relação à distribuição dessa riqueza dentre os agentes econômicos que compõem a DVA, detectou-se que o maior percentual nos períodos apresentados distribuídos foi para o setor de pessoal, em que, do total da riqueza gerada nos períodos de expansão e recessão, a distribuição destinada a esse grupo foi entre 32% e 38% (Figura 2).

Figura 2*Distribuição da riqueza gerada.*

O grupo de remuneração de capital próprio apresentou percentual de distribuição menor na recessão do que na expansão, ao passo que o grupo de pessoal exibiu percentual maior. Destaca-se que, na recessão, o grupo de capital de terceiros distribuiu cerca de 32%. A relação com a taxa de crescimento aponta que o grupo de capital próprio além de receber menor percentual de participação da distribuição da riqueza deste período foi aquele que também apresentou menor taxa de crescimento.

Análise de resultados

O setor de consumo não cíclico gerou e distribuiu mais de R\$ 891 bilhões, no primeiro momento de expansão, R\$ 342 bilhões e na recessão, R\$ 290 bilhões. No segundo período de expansão entre 2017 a 2019, o montante gerado foi de R\$ 259 bilhões (Tabela 6).

Tabela 6*Valores para o setor de consumo não cíclico (em bilhões de reais)*

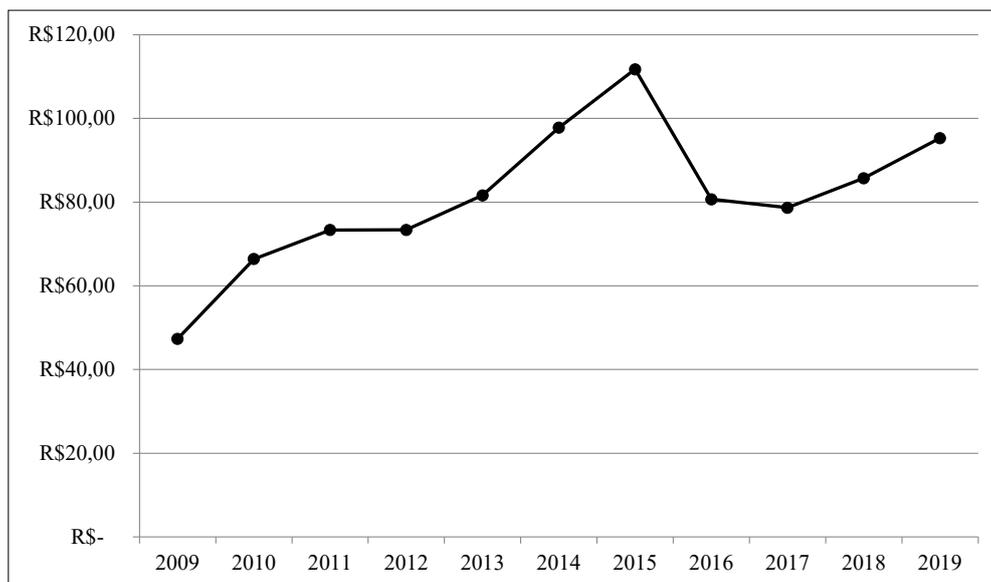
Expansão (2009-2013)		Recessão		Expansão (2017-2019)	
Total do período	R\$ 342	Total do período	R\$ 290	Total do período	R\$ 259
Tamanho (anos)	5	Tamanho (anos)	3	Tamanho (anos)	3
Mínimo	R\$ 47	Mínimo	R\$ 80	Mínimo	R\$ 78
Máximo	R\$ 81	Máximo	R\$ 111	Máximo	R\$ 95
Média	R\$ 68	Média	R\$ 96	Média	R\$ 86
Nº de empresas	17	Nº de empresas	17	Nº de empresas	17
Média por empresa	R\$ 4	Média por empresa	R\$ 5	Média por empresa	R\$ 5

Apesar dos setores apresentarem maior média de geração de riqueza no período de recessão, o setor de consumo não cíclico, diferentemente do anterior, estendeu sua tendência de crescimento por mais dois anos na recessão.

A visualização dessa sequência na tendência de crescimento está apresentada na Figura 3, no entanto, ressalta-se que isso mudou no último ano da recessão e a queda na geração de riqueza deste ano atingiu o nível de valor de riqueza gerada abaixo do último ano do período de expansão.

Figura 3

Riqueza gerada ao ano (em bilhões de R\$).



Comparado ao setor cíclico, o regresso na geração de valor do setor não cíclico foi menor, visto que o nível de valor de geração de riqueza no período de recessão foi menor que no ano de 2013, uma vez que no cíclico o valor mais baixo provocado na recessão atingiu números inferiores aos de 2010. Um paralelo com a Teoria dos Ciclos Econômicos se explica por ser um setor de bens de primeira necessidade, seu impacto seria menor, pois seu consumo, mesmo que certos produtos sejam substituídos, não tendem a ser totalmente excluídos (Mitchell, 1988).

No entanto, apesar de a ruptura de crescimento na geração de riqueza se apresentar tardiamente, isso não impediu que esse valor se refletisse na taxa de crescimento que apresentou valor negativo na recessão em 7%, enquanto na expansão o crescimento do setor foi de 15% no primeiro período e 10% no segundo período (Tabela 7).

Tabela 7

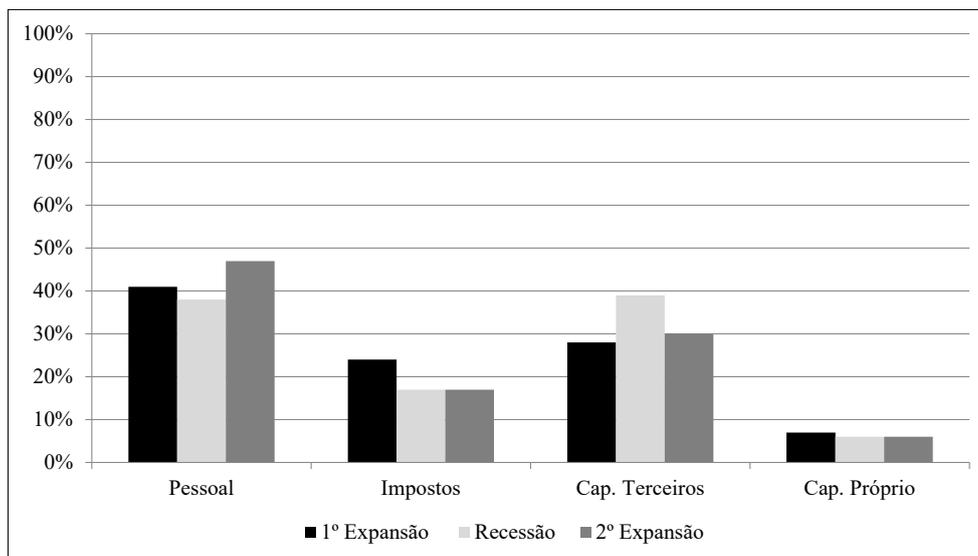
Taxa de crescimento

Taxa de crescimento	Geração de riqueza	Distribuição da riqueza			
		Pessoal	Impostos, taxas e contribuições	Remuneração capital de terceiros	Remuneração capital próprio
Expansão 1º	15%	17%	11%	26%	3%
Recessão	-7 %	2%	-23%	7%	-48%
Expansão 2º	10%	12%	-1%	- 1%	240%

No que tange a distribuição da riqueza, os valores em termos percentuais do total gerado em relação ao que foi distribuído estão apresentados na Figura 4. O grupo com maior percentual de distribuição no período de expansão foi o de pessoal com valor de 41% e 47% e, no momento de recessão, o que ficou com a maior fatia de distribuição foi o de remuneração de capitais de terceiros.

Figura 4

Distribuição da riqueza gerada.



O grupo apresentou variação expressiva em termos percentuais, de uma distribuição de 28% no período de expansão para 39% no período de recessão, que também se refletiu na taxa de crescimento. No primeiro período, a expansão da taxa de crescimento para remuneração de capitais de terceiros foi a mais alta entre os grupos com 26%, já na recessão permaneceu como a mais alta apresentando 7%. Essas taxas positivas não se repetiram no segundo período de expansão e foi negativa em 1%, sendo o maior percentual médio de crescimento nesse segundo período de expansão o grupo remuneração de capitais próprios.

O governo, por meio de impostos, taxas e contribuições, apresentou redução de sua parte na distribuição, de 24% no período de expansão para 17% na recessão, o que apresentou reflexo na taxa de crescimento desse grupo, sendo ela negativa em 23% para o momento de recessão.

Nesse último ponto, o presente resultado aponta divergência do estudo de Santos et al. (2013) que verificou que o governo recebeu maior percentual, no entanto não seria apropriado uma comparação, visto que os autores analisaram setores em conjunto, ao passo que aqui a análise é na perspectiva da redução em um único setor. Em contrapartida, associam-se os resultados aqui apresentados aos encontrados por Tinoco et al. (2008), em que alguns setores apresentam carga tributária mais elevada em relação a outros, de modo que o setor de consumo cíclico apresentou valor de destinação maior a impostos, taxas e contribuições nos períodos do que o não cíclico.

O percentual distribuído ao grupo *remuneração de capitais* foi similar em todos os períodos e o menor em relação aos quatro grupos de distribuição, no entanto, supõe-se que os prejuízos apresentados podem ter contribuído para a redução na distribuição de riqueza para o ano de 2016, visto que neste ano o valor para distribuição desse grupo foi negativo. Remuneração de capitais próprios também foi o agente mais impactado na taxa de crescimento da recessão, onde apresentou o percentual negativo em 48%, recuperando seu crescimento no último período de expansão.

Conclusão

Os ciclos econômicos representam os movimentos de expansão e recessão da economia, e alguns setores podem ser mais impactados que outros em função de suas características. A presente pesquisa analisou a variação da riqueza gerada e distribuída entre os agentes econômicos nos setores de consumo cíclico e não cíclico nos períodos de expansão e recessão econômica.

Dentre os resultados encontrados, identificou-se que o momento de transição entre o final do período de expansão e o início da recessão à geração de riqueza por ano no setor de consumo cíclico apresentou ruptura na tendência de crescimento. Isso se refletiu também na taxa de crescimento do setor, que no período de expansão foi, em média, 13%, ao passo que no período de recessão esta taxa reduziu também em 13%.

O setor de consumo não cíclico demorou para apresentar ruptura na tendência de crescimento da geração de riqueza, que ocorreu no terceiro e último ano do período de recessão, porém isto não impediu que a taxa média de crescimento do setor para esse momento fosse negativa em 7%.

Apesar dos setores se mostrarem impactados negativamente na taxa de crescimento da geração de riqueza pelo momento de recessão, o setor de consumo cíclico respondeu da mesma forma no primeiro ano em que a recessão foi delimitada, ao passo que o setor de consumo não cíclico apresentou mais dois anos de valores crescentes, o que

pode ser associado à ideia da Teoria dos Ciclos Econômicos quanto de sensibilidade na recessão para o primeiro setor, visto que seus produtos podem ter o consumo adiados para um momento de melhor situação econômica.

O percentual de distribuição sobre o total das riquezas geradas por período no setor de consumo cíclico apresentou maior distribuição em ambos momentos para pessoal, oscilando entre 33% a 38%. Já o setor de consumo não cíclico, nos períodos de expansão, distribui maior fatia da sua riqueza gerada para pessoal e no período de recessão esse maior valor foi para remuneração de capital de terceiros.

Sob a perspectiva da taxa de crescimento, dentre os agentes econômicos que compõe a distribuição da riqueza, o grupo com maior percentual de crescimento nos períodos de expansão para o setor cíclico foi a remuneração de capital próprio e impostos, taxas e contribuições, respectivamente. Na recessão, o grupo mais impactado nesse setor foi a remuneração de capital próprio.

No setor não cíclico no período de recessão o agente mais impactado negativamente também foi a remuneração de capital próprio. Nos períodos de expansão, os grupos com maior crescimento foram remuneração de capital de terceiros e remuneração de capital próprio. Apenas um grupo de distribuição continuou com taxas de crescimento positivas no período de recessão nos dois setores, o de remuneração de capitais de terceiros com 6% no cíclico e, 7% no não cíclico.

De modo geral, os resultados encontrados para os setores, quanto ao comportamento da geração e distribuição de riqueza, apontam para um movimento de crescimento no período de expansão e um decréscimo para o período de recessão. Porém, esta pesquisa poderia apresentar resultados diferentes ou fazer outros paralelos se comparada a outros ciclos de expansão e recessão delimitados na economia brasileira, no entanto visto a não obrigatoriedade de publicação da DVA em período anterior a 2008, a pesquisa se limitou aos ciclos mais recentes.

Como sugestões para estudos futuros, recomenda-se a ampliação do horizonte temporal para compreender a regularidade desse comportamento, bem como abranger a análise para outros setores com um novo enfoque teórico. Outros olhares, que consideram o que hoje chamamos “demanda agregada” (Blanchard, 2007), poderiam apontar novos resultados, além de somente se considerar as variáveis tempo X comportamento que nesta pesquisa abordamos. Keynes argumentava que no curto prazo, a demanda efetiva determina o produto e introduz elementos que podem ser abordados; a relação consumo X renda (que explica como choques de demanda podem ser amplificados e levar a significativas alterações nos produtos e, conseqüentemente, no consumo); preferência pela liquidez (a demanda por moeda explicaria como a política monetária do país pode alterar as taxas de juros e a demanda agregada) e a importância das expectativas que afetam consumo e investimento (há um “instinto” ou alterações das expectativas por trás das alterações da demanda e do produto) (Blanchard, 2007).

Referências

- Banco Central do Brasil – BCB. (2021, 26 de março). *Calculadora do Cidadão*. <https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADAOPublico/exibirFormCorrecaoValores.do?method=exibirFormCorrecaoValores>
- Brasil Bolsa Balcão – B3. (2020, 01 de setembro). *Empresas Listadas por setor de atuação*. http://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/negociacao/renda-variavel/empresas-listadas.htm
- Behun, M., Gavurova, B., Tkacova, A., & Kotaskova, A. (2018). The impact of the manufacturing industry on the economic cycle of European Union countries. *Journal of competitiveness*, 10(1), 23-39. <https://doi.org/10.7441/joc.2018.01.02>
- Blanchard, O. (2007). *Macroeconomia* (4a ed.). Editora Pearson.
- Borges, B. C., & Rover, S. (2022, 27 a 29 de julho). *Os ciclos econômicos influenciam a relevância das provisões e passivos contingentes? Um estudo das companhias brasileiras de capital aberto*. [Apresentação de trabalho]. 19º Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo. <https://congressosp.fipecafi.org/anais/22Usplnternational/ArtigosDownload/4024.pdf>
- Brugnera, T. L., & Damke, E. J. (2022). Relação entre Desempenho Econômico e Social por Meio da DVA. *Pensar Contábil*, 23(83), 57-67.
- Campos, O. V., Lamounier, W. M., & Souza, R. M. de. (2022). A composição do endividamento das firmas e a macroeconomia do capital: uma análise econômica construída por meio de informações contábeis. *Revista Catarinense da Ciência Contábil*, 21, 1-18. <https://doi.org/10.16930/2237-766220223296>
- Cardoso, V. R. S., & Pinheiro, M. C. (2020). Influência da recessão e das variáveis macroeconômicas sobre a estrutura de capital setorial. *Revista Contabilidade & Finanças*, 31(84), 392-408. <https://doi.org/10.1590/1808-057x201908100>

- Comitê de Datação de Ciclos Econômicos – CODACE. (2019, 26 de maio). *Comunicado de Criação do CODACE e Datação de Ciclos Trimestrais Brasileiro*. FGV IBRE. <https://portalibre.fgv.br/main.jsp?lumChannelId=4028808126B9BC4C0126BEA1755C6C93>
- Comitê de Datação de Ciclos Econômicos – CODACE. (2021, 07 de maio). *Comunicado de datação de ciclos mensais brasileiros*. FGV IBRE. https://portalibre.fgv.br/sites/default/files/2020-06/comunicado-do-comite-de-datacao-de-ciclos-economicos-29_06_2020-1.pdf
- De Luca, M. M. M., Cunha, J. V. A. Da, Ribeiro, M. S., & Oliveira, M. C. (2009). *Demonstração do valor adicionado: Do cálculo da riqueza criada pela empresa ao valor do PIB* (2a ed.). Editora Atlas.
- Feltes, T., & Ribeiro, A. M. (2020). Estrutura de Capital e o Desempenho de Empresas Brasileiras em Ciclos Econômicos Distintos/Capital Structure and Performance of Brazilian Companies in Different Economic Cycles. *Revista FSA (Centro Universitário Santo Agostinho)*, 17(10), 131-148. <http://www4.unifsa.com.br/revista/index.php/fsa/article/view/2139>
- Gonçalves, T., Gaio, C., & Ferro, A. (2021). Corporate social responsibility and earnings management: Moderating impact of economic cycles and financial performance. *Sustainability*, 13(17), 1-14. <https://doi.org/10.3390/su13179969>
- Goulart, M., Ferreira, L.F., Araujo, A. R. M., & Ferreira, D. D. M. (2018). Distribuição de riqueza aos agentes econômicos da DVA: Um olhar sobre o ranking das “Melhores empresas para se trabalhar em 2016, 2015 e 2014”. *Revista Capital Científico*, 17(1), 42-58. <https://revistas.unicentro.br/index.php/capitalcientifico/article/view/5415>
- Guesser, A. P. G., Fedrigo, J., & Einsweiller, A. C. (2018). Demonstração do valor adicionado: A evolução e distribuição da riqueza das empresas catarinenses listadas na BMF&BOVESPA. *Revista Ambiente Contábil*, 10(1), 200- 222. <https://periodicos.ufrn.br/ambiente/article/view/11276>
- Kassouri, Y., Alola, A. A., & Savaş, S. (2021). The dynamics of material consumption in phases of the economic cycle for selected emerging countries. *Resources Policy*, 70, 1-9. <https://doi.org/10.1016/j.resourpol.2020.101918>
- Keynes, J. M. (1988). *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda* (M. R. da Cruz, Trad.). Nova Cultural.
- Koch, C. J., Bampi, J., Scheren, G., & Dittadi, J. R. (2021). Relação entre Indicadores Econômico-Financeiros com a Carga Tributária das Empresas Não Financeiras Listadas na B3. *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ*, 25(1), 3-21. <https://doi.org/10.12979/rcmccuerj.v25i1.59244>
- Mitchell, W. C. (1998). *Os ciclos econômicos e suas causas* (3a ed., I. Rosental, Trad.). Nova Cultural.
- Oreiro, J. L. (2017). A grande recessão brasileira: Diagnóstico e uma agenda de política econômica. *Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo*, 31(89) 75-88. <https://doi.org/10.1590/s0103-40142017.31890009>
- Pandini, J., Stüpp, D. R., & Fabre, V. V. (2018). Análise do impacto das variáveis macroeconômicas no desempenho econômico-financeiro das empresas dos setores de consumo cíclico e não cíclico da BMF&BOVESPA. *Revista Catarinense da Ciência Contábil*, 17(51), 7-22. <https://doi.org/10.16930/2237-7662/rccc.v17n51.2606>
- Paula, L. F., & Pires, M. (2017). Crise e perspectivas para economia brasileira. *Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo*, 31(89), 125-144. <https://doi.org/10.1590/s0103-40142017.31890013>
- Paulo, E., & Mota, R. H. G. (2019). Ciclos econômicos e estratégias de gerenciamento de resultados contábeis: um estudo nas companhias abertas brasileiras. *Revista Contabilidade & Finanças*, 30(80), 216-233. <https://doi.org/10.1590/1808-057x201806870>
- Santos, A. dos. (2007). *Demonstração do valor adicionado: Como elaborar e analisar a DVA* (2a ed.). Atlas.
- Santos, A. A., Botinha, R. A., & Lemes, S. (2019). Análise da Value Relevance da demonstração do valor adicionado nos níveis diferenciados de governança corporativa da BM&FBOVESPA. *Revista Catarinense da Ciência Contábil*, 1(18), 1–16. <https://doi.org/10.16930/2237-766220192697>

- Santos, A., Cunha, J. V. A.; De Luca, M. M. M., & Ribeiro, M. De S. (2013). A economia das empresas nos governos FHC e Lula: Uma análise a partir da demonstração do valor adicionado. *Revista de Contabilidade e Controladoria*, 5(1), 47-64. <https://repositorio.usp.br/item/002440122>
- Schumpeter, J. A. (1985). *Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico* (2a ed., M. S. Possas Trad.). Nova Cultural.
- Teixeira, E., Oliveira, E. R. de, Santos, G. C., & Ferreira, R. A. (2022). Análise Comparativa do Desempenho Econômico-financeiro entre os Setores de Consumo da B3 em Períodos de Crise Econômica. *Redeca, Revista Eletrônica do Departamento de Ciências Contábeis & AMQ*. 1(9), 1-18. <https://doi.org/10.23925/2446-9513.2022v9id56998>
- Tinoco, J. E. P., & Moraes, P. B. (2008). Uso da Demonstração do Valor Adicionado – DVA, como ferramenta de medição da carga tributária no Brasil. *Revista Eletrônica de Gestão e Negócios*, 4(1), 1-32.
- Wang, H., Liang, P., & Deng, J. (2017). Economic Cycle, Accounting Conservatism and Financial Constraints. In J. Xu, M. Gen, A. Hajiyev, & F. L. Cooke (Eds.) *Proceedings of the Eleventh International Conference on Management Science and Engineering Management*. Springer. https://doi.org/10.1007/978-3-319-59280-0_146
- Weller, L. (2019). Economic Cycles in Brazil. In S. Smirnov, A. Ozyildirim, & P. Picchetti (Eds.), *Business Cycles in BRICS* (pp. 69-87). Springer.
- Wink, E., Severo, P. S., & Dornelles, M. T. (2015). Demonstração do valor adicionado (DVA): Distribuição de riqueza ao pessoal e aos capitais de entidades dos setores da auto indústria e de bens de capital. *Revista metropolitana de sustentabilidade*, 5(3), 61-80. <https://revistaseletronicas.fmu.br/index.php/rms/article/view/722>

Como citar:

Silva, K. A. B. da, Ferreira, D. D. M., & Oliveira, M. C. (2024). A riqueza do consumo: Análise das demonstrações de valor adicionado à luz da Teoria dos Ciclos Econômicos. *Revista Ciências Administrativas*, 30, 1-14. DOI: <http://doi.org/10.5020/2318-0722.2024.30.e13292>

Endereço para correspondência:

Karen Aparecida Batista da Silva
E-mail: karen.batistasilva@gmail.com

Denize Demarche Minatti Ferreira
E-mail: denize.minatti@ufsc.br

Monique Cristiane Oliveira
E-mail: monique_bona@hotmail.com



Submetido em: 15/03/2022
Aprovado em: 18/12/2023